

Ana Cristina Araújo

**COM O NOME NA MÃO: APROXIMAÇÃO AO UNIVERSO DOS  
ALFABETIZADOS NA CIDADE DE LISBOA (1700-1830)**



# Com o nome na mão: aproximação ao universo dos alfabetizados na cidade de Lisboa (1700-1830)

ANA CRISTINA ARAÚJO

Na sociedade moderna, os inadaptados da escrita enfileiram a maioria silenciosa que sanciona, por motivos de ausência e demissão, o prestígio e a supremacia cultural dos homens identificados com as práticas da norma ortográfica e da leitura. O uso da escrita desenvolveu-se a partir de círculos restritos, bem definidos, mas ao expandir-se enfrentou reservas e resistências de monta<sup>1</sup>.

Em rigor, ler não significava saber escrever. Os dois actos envolviam processos de assimilação e de treino distintos e nem sempre conexos. Com efeito, como já foi salientado, “nas sociedades do Antigo Regime, onde a aprendizagem da escrita se segue à da leitura e só atinge uma parte das crianças, é óbvio que se todos os que assinam sabem ler, nem todos os que lêem sabem necessariamente assinar. E é também claro que entre os que sabem assinar nem todos escrevem, seja porque a assinatura constitui o estágio último da sua aprendizagem cultural, seja porque, por falta de prática, per-

---

<sup>1</sup> Estudos recentes confirmam que os progressos da alfabetização não se articulam, linearmente, com o desenvolvimento económico e social. A industrialização, por exemplo, não teve, a este nível, um impacto comparável ao rasto cultural que a Reforma deixou nas regiões germânica e escandinava. A universalização da leitura e da escrita, imposta pela prática religiosa protestante, fez estilhaçar as fronteiras culturais, religiosas e políticas da Europa Moderna. A desigualdade no acesso ao consumo de bens culturais, mediada por outro tipo de preocupações religiosas, manteve os países de tradição católica mais fiéis ao modelo de diferenciação sócio-cultural herdado da Idade Média. Sobre este ponto, são particularmente esclarecedores os estudos de: Carlo Cipola, *Instrução e desenvolvimento no Ocidente*, Lisboa, Ulisseia, [s.d.]; Harvey Graff, *The literacy myth: literacy and social structure in nineteenth-century city*, New York-San Francisco-London, Academic Press, 1979; e Lawrence Stone, “Literacy and education in England, 1640-1900”, *Past and Present*, 42, 1969, p. 69-139. Sobre o estado actual da história da alfabetização, veja-se o balanço feito por Justino Pereira de Magalhães, *Ler e escrever no mundo rural no Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*, Braga, Universidade do Minho, 1994, p.129-137. As referências críticas e bibliográficas coligidas por este autor quase nos dispensam de citar outros trabalhos. De qualquer modo, assinalamos, pelo seu carácter abrangente, as sínteses de Rab Houston, “Literacy and society in the West, 1500-1850”, *Social History*, 8 (3), 1983, p. 269-293; e de Harvey Graff, *Literacy in History. An interdisciplinary research bibliography*, New York-London, Garland Publishing, 1981. A par da importante colectânea editada por Harvey Graff, *Literacy and Social Development in the West: A Reader*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981, merecem também destaque os estudos monográficos de: D. Cressy, *Literacy and the Social Order. Reading and Writing in Tudor and Stuart England*, Cambridge University Press, 1980; R. Grawthrop e G. Strauss, “Protestantism and literacy in Early Modern Germany”, *Past and Present*, 104, 1984, p. 31-55; R. Houston, “The literacy myth?: Literacy in Scotland 1630-1760”, *Past and Present*, 96, 1982, p. 81-102; C. Klapisch-Zuber, “Le chiavi fiorentini di Barbalù: l'apprendimento della lettura a Firenze nel XV secolo”, *Quaderni Storici*, 57, Dezembro de 1984, p. 765-792; e M. R. Duglio, “Alfabetismo e società a Torino nel secolo XVIII”, *Quaderni Storici*, 17, Maio-Agosto de 1971, p. 485-509.

deram o domínio do saber escrever outrora adquirido, ficando a assinatura como mera relíquia”<sup>2</sup>.

Em face desta constatação, parece não merecer controvérsia a ideia de que a capacidade de assinar não revela, de modo insofismável, a existência de uma competência cultural específica, saber escrever.

## CRITÉRIOS, FONTES E MÉTODOS

De qualquer modo, é preciso admitir que a auto-representação gráfica do nome, para lá do seu significado intrínseco, encerra um nível, qualquer que ele seja, de capacitação alfabética que não pode ser ignorado. A frágil marca que fica da participação do indivíduo na vida comunitária, aferida a partir daquele indicador primário de comportamento literácito, filia, objectivamente, os assinantes ao universo da cultura escrita. Neste sentido, talvez se possa afirmar que a assinatura traduz, simultaneamente, uma ambição e uma competência. Nos dois casos, reveste um valor histórico e antropológico insubstituível. Através da apropriação ou mesmo da utilização abreviada de signos alfabéticos, o indivíduo põe à prova a sua singularidade e amplia a sua memória. Dito de outro modo, autentifica a sua presença perante os outros e cria, ele próprio, condições para o reconhecimento póstumo da sua existência.

As questões levantadas ganham uma outra dimensão quando os protagonistas desta História têm a palavra. Os testamentos estão cheios de expressões reveladoras da relação que o homem comum da cidade estabelece com a escrita. Obrigado a justificar a falta de assinatura no seu testamento o outorgante avança normalmente com dois tipos de explicação<sup>3</sup>. Confessa não saber escrever, ou, o que é ainda mais relevante, “não saber escrever capazmente”<sup>4</sup>, e, em alternativa, afirma que “não pode” escrever. A primeira atitude é largamente preponderante. O entrosamento entre o manejo da escrita, na sua expressão mais rudimentar, a assinatura, e a ausência de uma competência cultural específica, saber escrever, ganha, assim, uma autenticidade raramente alcançável noutra tipo de fontes.

Apesar das dúvidas e perplexidades que suscita, a assinatura, sobretudo quando está sujeita a um controlo rigoroso de desempenho, continua a ser um elemento preponderante na equação de acesso às práticas da escrita. Vários documentos, respeitantes a situações protocolares comuns, assinalam, de forma constante, a frequência

<sup>2</sup> Roger Chartier, “As práticas da escrita”, in *História da Vida Privada*, vol. 3, *Do Renascimento ao Século das Luzes* (dir. P. Ariès e G. Duby) Lisboa, Círculo de Leitores, 1990, p. 114.

<sup>3</sup> A validade do testamento dependia também deste acto. Em caso de impedimento do testador, o notário, o religioso ou a pessoa encarregada da redacção do testamento indicava, quase sempre, as limitações subjacentes à ausência de assinatura do outorgante. Este procedimento segue o disposto nas *Ordenações Filipinas*, Liv. 4, tit. 80, § 1.

<sup>4</sup> Um dos testadores que declara estar nestas condições é mestre sapateiro. Faz seu testamento em 5 de Maio de 1790 e, mesmo com esta declaração, não perde o ensejo de gatafunhar, creio, a sua assinatura (ANTT, R.G.T. Liv. 333, fls. 103-105v). Presumo que assim seja, mas não posso em rigor prová-lo, porque estou perante um documento escrito por uma segunda mão. Numa fonte de registo, a grafia do escrivão retira ao historiador o contacto com os sinais e siglas do documento original. Esta é talvez a maior limitação dos testamentos que analisamos. De qualquer modo, não ignoramos os diversos critérios formais estabelecidos pelos especialistas para a decifração do grau de destreza do assinante. Para uma visão do problema no âmbito da historiografia portuguesa veja-se: Justino Pereira de Magalhães, *ob. cit.*, p. 86-92; e Francisco Ribeiro da Silva, “Alfabetização no Antigo Regime: o caso do Porto e da sua região (1580-1650)”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, 2ª série, 3, 1986, p. 109-118.

daquela solicitação. Independentemente da vigilância interna e externa que um determinado tipo de fonte impõe, e mesmo sabendo que a assinatura constitui, no Antigo Regime, uma obrigação satisfeita, a mais das vezes, a rogo e por delegação, os trabalhos historiográficos mais consistentes sobre a alfabetização têm demonstrado, de diverso modo, as potencialidades informativas dessa fórmula convencional e repetitiva de escrita<sup>5</sup>. Para o estudo das sociedades pré-estatísticas, as fontes mais utilizadas para caracterizar, funcionalmente, manchas de alfabetismo, à escala intergrupala e regional, têm sido, fundamentalmente, livros de registo paroquial<sup>6</sup>, testamentos e demais actos notariais<sup>7</sup>, processos e autos da Inquisição<sup>8</sup>, actas de vereação municipal, entre outros documentos camarários<sup>9</sup>, registos de admissão de membros de confrarias e livros de recrutamento militar<sup>10</sup>. Para as sociedades contemporâneas, a investigação tem privilegiado recenseamentos, relações gerais e inquéritos<sup>11</sup>. A escolha deste tipo de fontes, ditada pela facilidade de obtenção de resultados, não excluiu, contudo, a análise gráfica da assinatura, tomada aqui como elemento de avaliação de desempenho.

O acento tónico posto nesta modalidade universal, ainda que nem sempre muito fiável, de testar a apetência dos assinantes aos hábitos da escrita tem, compreensivelmente, dividido os historiadores. Das investigações realizadas sobressaem três orienta-

<sup>5</sup> Rab. Houston, *ob. cit.*, p. 270 e ss; Justino Pereira de Magalhães, *ob. cit.*, p. 90-94; e Antonio Viñao Frago, "Del analfabetismo a la alfabetización: análisis de una mutación antropológica e historiográfica", *Historia de la Educación*, 3, 1984, p. 151-189; e 4, 1985, p. 209-226.

<sup>6</sup> F. Furet e J. Ozouf, *Lire et Écrire. L'Alphabétisation des Français de Calvin à Jules Ferry*, 2 vols., Paris, Éd. Minuit, 1977; F. Furet e W. Sachs, "La croissance de l'alphabétisation en France", *Annales E.S.C.*, 3, mai-juin 1974, p.714-737; J. Meyer, "Alphabétisation, lecture et écriture: essai sur l'instruction populaire en Bretagne du XVIe au XIXe siècle", *Actes du 95e Congrès des Sociétés Savantes* (Reims, 1970), Paris, t. I, 1974, p. 93 e ss; e L. Stone, "Literacy and education in England, 1640-1900", *Past and Present*, 42, 1969, p. 69-139.

<sup>7</sup> Claude Larquié, "L'alphabétisation à Madrid en 1650", *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 28, janv.-mars, 1981, p. 132-157; Michel Vovelle, "Ya-t-il eu une révolution culturelle au XVIIIe siècle? A propos de l'éducation populaire en Provence", *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 22, janvier - mars, 1975, p. 89-141; A. K. Lockridge, "L'alphabétisation en Amérique, 1650-1800", *Annales E.S.C.*, 32 (3), mai-juin 1977, p. 105-114; e J. Soubeyroux, "L'alphabétisation à Madrid aux XVIIIe et XIXe siècles", *Bulletin Hispanique*, Madrid, 1-4, 1987, p. 227-265.

<sup>8</sup> M.-C. Rodriguez et B. Bennisar, "Signatures et niveau culturel des témoins et accusés dans les procès d'Inquisition du ressort du tribunal de Tolède (1525-1817) et du ressort du tribunal de Cordue (1595-1632)", *Caravelle. Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien*, Toulouse, 31, 1978, p. 31 e ss. e Rita Marquilhas, *A Faculdade das Letras. Leitura e escrita em Portugal no século XVII*, Lisboa, I.N.-C.M., 2000, p. 117-134. Esta autora regista níveis de desempenho altos nos processos inquisitoriais portugueses do século XVII. Na Inquisição de Lisboa, 67,7% dos depoimentos são assinados pelos próprios.

<sup>9</sup> António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, vol. 1, Coimbra, Universidade, 1971, p. 58-60; Francisco Ribeiro da Silva, "Alfabetização no Antigo Regime...", p. 101-163; "Níveis de alfabetização de oficiais administrativos e judiciais dos concelhos de Refojos de Riba d'Ave e da Maia, na 1ª metade do século XVII", in *Actas do Colóquio de História local e regional*, Santo Tirso, 1979, p. 307-336; "O concelho de Gaia na 1ª metade do séc. XVII: instituições e níveis de alfabetização dos funcionários", *Gaya*, Vila Nova de Gaia, 2, 1984, p. 187-212; José Marques, *A administração municipal de Vila de Conde, em 1466*, Braga, 1977; Justino Pereira de Magalhães, "Alfabetização e funcionamento do regime liberal: frequências de alfabetização da população bracarense em 1836", *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, 3 (1), 1990, p. 117-132; e (2) 1990, p. 119-133; e Antonio Viñao Frago, "El proceso de alfabetización en el municipio de Murcia (1759-1860)", *Actas del Coloquio Internacional*, Alicante, Diputación Provincial/Instituto Juan Gil-Albert, 1985, p. 235-250.

<sup>10</sup> Justino Pereira de Magalhães, *ob. cit.*, p. 257 e ss

<sup>11</sup> Jaime Reis, "O analfabetismo em Portugal no século XIX: algumas reflexões em perspectiva comparada", in *1º Encontro de História da Educação em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 75-79 e Rui Ramos, "Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo", *Análise Social*, Lisboa, 3ª série, 24 (103-104), 1988, p. 1067-1145.

ções hermenêuticas distintas. Para uns, através da assinatura perpassa, impressionantemente, e com uma larga margem de interpenetração, a linha de fronteira entre a cultura oral e escrita nas sociedades antigas. Nesta acepção, a assinatura tanto pode ser “um falso amigo” como um bom revelador, uma espécie de chave universal para o apuramento do grau mínimo de alfabetização de uma determinada sociedade<sup>12</sup>. Para outros, ela é um elemento de contraste tanto mais sólido quanto for capaz de pôr em evidência a destreza e a familiaridade do outorgante com os preceitos da formalização ortográfica<sup>13</sup>. Finalmente, para os mais exigentes, a assinatura é um valor acrescentado, ou seja, constitui uma forma de distinção e de afirmação social no interior das chamadas culturas da alfabetização<sup>14</sup>. Esta última asserção não minimiza o efeito de sombra causado pela aprendizagem precoce ou tardia do manejo da pena, embora subordine esse facto às relações que o indivíduo mantém com a família, o grupo social, a profissão, a escola, a igreja e, eventualmente, com os circuitos dos objectos impressos.

Como se verifica, a contextualização da normatividade escriturária, ao impor uma perspectiva multifactorial ao estudo da alfabetização, provocou não só o recuo do furor quantitativista e sociologista dos primeiros ensaios, como o questionamento, no âmbito da história da cultura, da circulação de padrões de comportamento mediados por símbolos de comunicação mais abstractos e complexos. Com este alargamento de campo, “a alfabetização deixa de ser uma *taxa*, heróica ou depressiva, para vir a ser entendida como um *modo de vida*: uma certa relação com a cultura letrada”<sup>15</sup>.

Na historiografia portuguesa, o programa mais abrangente aplicado ao estudo da alfabetização deve-se a Justino de Magalhães<sup>16</sup>. Todavia, outros trabalhos sectoriais evidenciam idênticas preocupações de contextualização, nomeadamente os que, nos anos oitenta, foram publicados por Francisco Ribeiro da Silva, Jaime Reis e Rui Ramos<sup>17</sup>. Superando a concepção estreita e unilinear de associar a alfabetização ao progresso e à modernização da sociedade, estes autores têm procurado, no quadro de certos valores de referência, perceber a configuração dos comportamentos da população alfabetizada nas zonas rurais e urbanas, em círculos sócio-profissionais restritos, no domínio das relações formalizadas com as estruturas do poder local e com a igreja e, também, em estudos de caso centrados na avaliação das estratégias de alfabetização no interior de um reduzido número de famílias.

A fonte que elegemos para esta sondagem adequa-se ao carácter selectivo da norma escriturária na sociedade de Antigo Regime. Como vimos, uma das formalidades jurídicas requeridas para a validação do acto testamentário explora, eficazmente, as justificações de incapacidade dos outorgantes que não subscrevem, *de motu próprio*, as suas declarações de última vontade. Portanto, é pelo viés da exclusão que a lógica de subordinação à cultura da escrita se faz sentir. De qualquer modo, há que perguntar se uma

<sup>12</sup> Vejam-se, especialmente, Claude Larquié, *ob. cit.*, p. 155 e Rab Houston, *ob. cit.*, p. 271.

<sup>13</sup> Com metodologias e critérios de avaliação diferentes, F. Furet e J. Ozouf, *ob. cit.*, vol. II, p. 91 e ss.; Francisco Ribeiro da Silva, “O caso do Porto...”, p. 109 e ss.; M.-C. Rodriguez et B. Bennassar, *ob. cit.*, p. 31 e ss.; Justino Pereira de Magalhães, *ob. cit.*, p. 317 -319; e Antonio Viñao Frago, *ob. cit.*, p. 240 e ss.

<sup>14</sup> Numa perspectiva comparada, vejam-se os estudos reunidos por Harvey Graff, *Literacy and Social Development in the West: A Reader*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981. Para o meio rural português, a análise multifactorial de Justino Pereira de Magalhães acentua, também, a importância das escalas de assinaturas, *ob. cit.*, p. 347 e ss.

<sup>15</sup> Rui Ramos, *ob. cit.*, p. 1079.

<sup>16</sup> Justino Pereira de Magalhães, *ob. cit.*, p. 347 e ss.

<sup>17</sup> Vide supra notas 9 e 11.

amostra de 1273 testamentos, aleatoriamente distribuída por intervalos de trinta e um anos, com excepção para o período final em que se aperta o lapso de observação para onze anos, é realmente representativa da população lisboeta.

Na verdade, o testamento acentua, no topo, a verticalidade da estrutura social, na medida em que confere maior espaço de representação e reflecte melhor as preocupações, estratégias e compromissos dos grupos aristocráticos e burgueses<sup>18</sup>. Mas, ainda assim, contempla, folgadoamente, todos estratos sociais, excepção feita aos escravos em regime de cativo. Afastada, portanto, a hipótese de termos um retrato fiel e estatisticamente representativo da sociedade lisboeta, permanece em aberto a possibilidade de filtrar os resultados, de modo a estabelecer comparações e a validar índices de frequência gerais e particulares. Ora, se a força e a fraqueza deste inquérito reside no seu carácter elitista, não se pode ignorar que ele abarca, também, outros importantes intervenientes sociais. As linhas de tendência esboçadas reflectem as oportunidades que a cidade oferece aos seus habitantes num período crucial de viragem e de abertura à época contemporânea.

Alguns dados prévios ajudam a esclarecer as características e a morfologia sociológica da amostra. Como demonstrámos noutra local<sup>19</sup>, neste universo de 1273 testamentos, os homens representam 59% e as mulheres 41%. Ao longo dos intervalos de tempo considerados, as oscilações de representação dos dois sexos nunca chegam a pôr em causa a ligeira supremacia alcançada pelo testamento masculino na cidade de Lisboa. Por outro lado, é bom insistir que as marcas da vida urbana são claramente perceptíveis no conjunto da população observada. Globalmente, a pequena burguesia da loja e da oficina situa-se ligeiramente acima dos 25%. No conjunto de todos os grupos sociais, os proprietários e lavradores – recrutados sobretudo no termo rural da cidade – representam neste universo 9,1%, praticamente o mesmo que a enorme massa dos trabalhadores e servis, aqui reduzida à insignificante expressão de 9,2%. Mais baixa é a representação dos pescadores e marítimos, com apenas 3%. No grupo dos indeterminados estão ainda muitos dos deserdados da sorte e da fortuna que pela sua humilde condição acabaram por escapar a qualquer classificação social. No conjunto ficam-se pelos 7,4%.

Vista em movimento a amostra sociológica revela uma evolução pouco pronunciada mas, em todo o caso, denunciadora de duas linhas de tendência. Uma, de progressiva e suave contracção, afecta a representação da nobreza e do clero que descem, respectivamente, de 19,6% e 8%, em 1700, para 11,8% e 5% em 1830. Outra, mais sinuosa, acentua o crescente poder de iniciativa dos letrados e burgueses em matéria de disposição testamentária. O direito sucessório parece servir cada vez mais os interesses destes grupos que, paralelamente, fazem do testamento um veículo privilegiado da sua vivência familiar e de outras inquietações, nomeadamente religiosas<sup>20</sup>.

A solicitação testamentária torna-se, portanto, mais forte para a média e alta burguesia. No terceiro decénio do século XIX é ela que acaba por ocupar o espaço de representação perdido pela nobreza e pelo clero. Isoladamente, 12,5% de negociantes testam em 1700 contra 18,4% em 1830. Algo de muito idêntico acontece no sector terciário. No princípio do século XVIII, o grupo constituído pelo pequeno oficialato e

<sup>18</sup> Ana Cristina Araújo, *A Morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, p. 95.

<sup>19</sup> *Idem, ibidem*, p. 96-101.

<sup>20</sup> *Idem, ibidem*

pelos que exercem uma profissão liberal atinge a modesta cifra de 6%, enquanto que em 1830 se aproxima dos 10%. A curva da nobreza desce progressivamente, embora mantenha uma certa estabilidade entre 1790 e 1830. A ascensão dos negociantes, funcionários e profissionais liberais é mais irregular. Os dois grupos descrevem movimentos paralelos. Estão em alta durante as primeiras décadas de Setecentos, estabilizam ao longo do século e saltam novamente para uma posição de destaque entre 1790 e 1830<sup>21</sup>.

Por fim, convém acrescentar que trabalhamos com um mínimo de 8% e um máximo de 10% de adultos falecidos na cidade de Lisboa<sup>22</sup>.

### A ASSINATURA: UM DOMÍNIO DESIGUAL E DISTINTAMENTE PARTILHADO

Depois de tudo o que foi dito, permanece em aberto o valor do autógrafo do testador. Desenhado ou gatafunhado, escrito ao correr da pena ou toscamente abreviado, o nome inscrito pelo próprio num documento de memória não pode deixar de ter um significado. Mais do que um gesto de autenticidade, constitui um desempenho de autonomia.

Sem perder de vista a ambiguidade fundamental deste indicador e sabendo que ele constitui um signo fechado que permite passar da análise particularista a uma abordagem massiva, penso que a assinatura, à falta de outro critério, deve ser tomada como o primeiro sinal de aproximação ao universo dos alfabetizados.

Na declaração que precede o acto de aprovação do documento, a advertência de que o testador não pode assinar deve ser ponderada. Poucos adiantam que não o fazem por um motivo concreto, normalmente por estarem doentes, sangrados do braço direito, achacados, etc.. A maioria envolve a sua incapacidade num silêncio enigmático. Esta estratégia produz um duplo efeito. Por um lado, atesta uma capacidade que na prática não pode ser demonstrada, por outro encobre, de facto, uma competência. A presunção dessa competência é excessivamente afirmada, até meados do século XVIII, no meio da nobreza e dela beneficiam fortemente as mulheres nobres. Parece razoável que assim seja, a nobreza por conveniência e condição está mais próxima da cultura escrita. Apesar de tudo, a flagrante demissão das testadoras nobres coloca o problema de estarmos em presença de um gesto premeditado, ocultador de uma diferença não assumida mas reclamada. Trata-se apenas de uma suspeita de difícil confirmação e só passível de ser aplicada ao meio feminino da pequena nobreza.

Na explicitação de um gesto incumprido podem ainda recortar-se algumas das razões da desigualdade cultural da população testamentária. O analfabetismo, invariavelmente sentido como factor de discriminação social, aflora ao nível da consciência individual como uma marca imperecível de inferioridade. Para sempre, ficaram guardadas em segredo, amortecidas pelo alheamento e sem qualquer impacte colectivo, palavras como estas: – “Em virtude de não saber escrever e ser pobre”<sup>23</sup>, “por ser mulher e não saber escrever”<sup>24</sup>. É com elas que normalmente o testador encerra a sua declara-

<sup>21</sup> *Idem, ibidem*, p. 97.

<sup>22</sup> *Idem, ibidem*, p. 46

<sup>23</sup> Veja-se, a título de exemplo, o testamento de Domingues da Silva, taberneiro, redigido em 26 de Fevereiro de 1700 (ANTT, R.G.T., Liv. 91, fls. 9-10).

<sup>24</sup> Depois de 1760 não encontramos qualquer referência que associe o estatuto da mulher à condição de analfabeta, o que não quer dizer que tal não acontecesse. Para o período anterior apurámos vinte e dois testamentos femininos com a justificação acima mencionada. Seleccionámos para efeitos documentais sete.

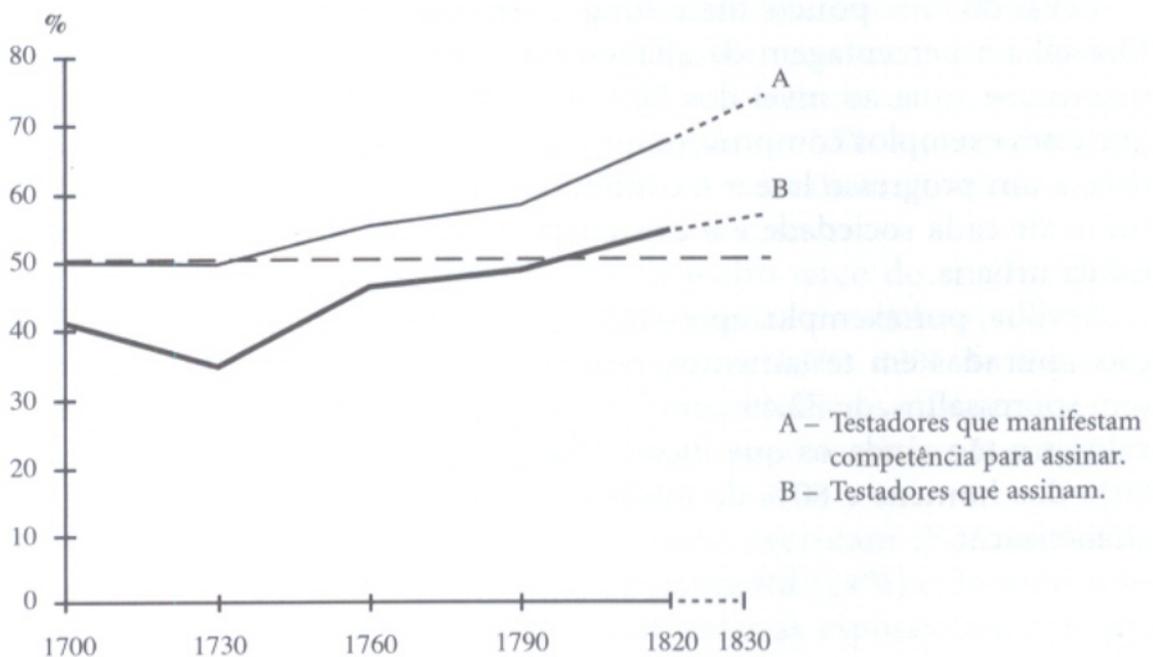
ção de última vontade. Neste contexto, a palavra excede o mero formalismo da convenção. Mais do que uma justificação o testador ousa dizer uma diferença fundamental.

São poucos os que assim lacram os seus testamentos, mas aqui os números têm, na verdade, uma importância relativa. Dos estilhaços destas palavras resta o inconformismo possível daqueles que se sentem e sabem ignorantes e inferiores. Ao assumirem a condição de reféns de uma cultura estranha que os integra e identifica, estes homens e mulheres, mal apetrechados e sem esperança de alcançarem a alfabetização, acabam por produzir, sob a forma de declaração final, uma tomada de consciência profunda do seu próprio estatuto cultural e social.

Nos testamentos de Lisboa privilegiamos a assinatura de quem testa e desprezamos, por não estarem sujeitas a um controlo rigoroso, as das testemunhas. Integrámos na categoria dos alfabetizados os que manifestam competência para assinar, apesar de impedidos de o fazer. Dada a presença de um pequeno número de casos duvidosos, considerámos vantajoso descrever, em paralelo, a evolução das curvas dos que assinam e daqueles que se presume poderem fazê-lo noutras circunstâncias.

Gráfico 1

Percentagem de assinaturas nos testamentos de Lisboa



Reportam-se a mulheres de baixa condição social e são escritos a rogo, tanto por tabeliães como por religiosos e escrivães de julgado (ANTT, R.G.T., Liv. 97, fls. 109-110 e 138v-139v; Liv. 98, fls. 3v-4, 17-18 e 40-41v; Liv. 196, fls. 187v-188v; Liv. 276, fls. 21v-22).

Por esta altura e em toda a Europa, as mulheres revelam-se escassamente alfabetizadas. Em 1746, esta realidade não escapa a Luis António de Verney que, a propósito da aprendizagem da escrita e da leitura, diz: "Isto é o que rara mulher sabe fazer em Portugal. Não digo eu escrever correctamente, pois ainda não achei alguma que o fizesse; mas digo que pouquíssimas sabem ler e escrever; e, muito menos, fazer ambas as coisas correntemente. A ortografia e pontuação, nenhuma as conhece". Feito o diagnóstico, Verney adopta, à maneira de Fénelon, um programa de estudos adequado à função social da mulher, insistindo que todas deveriam aprender a ler e escrever. Vide, *Verdadeiro Método de Estudar*, ed. org. por António Salgado Júnior, vol. 5, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1952, p. 125-127. Convém sublinhar que, antes mesmo de Fénelon, um dos mais importantes tratados de educação infantil publicados na Europa, o de Alexandre de Gusmão, *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, Lisboa, offic. de Miguel Deslandes, 1685, não só denunciava esta situação como defendia a extensão do ensino elementar a todas as crianças do sexo feminino.

Entre os séculos XVIII e XIX, o limiar mínimo de alfabetização, medido através das escrituras testamentárias cresce muito lentamente. Nos primeiros trinta anos de Setecentos, nota-se um sensível recuo na percentagem de assinaturas. A partir dos anos sessenta assiste-se a uma reposição dos valores perdidos, cerca de metade da população testamentária assina ou declara estar apta a fazê-lo. A barreira dos 60% só é ultrapassada no século XIX. A progressão realizada até ao final da década de trinta aponta para a cobertura de cerca de dois terços dos testadores.

Dada a composição da amostra, estes valores jamais poderão ser aplicados à população de Lisboa, ainda que comprovem que o testamento está longe de ser apanágio de gente cultivada. De qualquer modo, o movimento uniforme das duas curvas permite captar momentos de estabilidade, de recuo e de avanço contínuo da alfabetização e torna possível a comparação com os dados recolhidos para outras cidades europeias no mesmo período.

Nos começos do século XVIII, Lisboa, Toledo<sup>25</sup> e Marselha<sup>26</sup> apresentam valores muito próximos. Em termos absolutos e para 1700, a percentagem de assinaturas, apurada segundo o mesmo método, é ligeiramente mais alta em Lisboa do que em Madrid, 41,2% contra 37%. Por outro lado, à semelhança do que foi observado para Madrid e para o sul de França, nota-se um efeito de derrapagem da alfabetização nos primeiros anos do século XVIII<sup>27</sup>.

Levando um pouco mais longe o nosso inquérito vemos que em Avinhão e Marselha a percentagem de alfabetizados, medida a partir das assinaturas dos testamentos, se situa ao nível dos 50% em 1680, decaindo levemente até 1740<sup>28</sup>. E ainda que estes exemplos comprovem que, na Europa meridional, o acesso à escrita não obedece a um progresso linear e contínuo, há que ter em conta as conjunturas sócio-culturais de cada sociedade e a existência de um quadro diferenciador mais complexo à escala urbana.

Sevilha, por exemplo, apresenta ao longo de setecentos percentagens de alfabetização, apuradas em testamentos, bem mais regulares. O volume de assinaturas cresce, sem sobressaltos, de 52,4%, em 1701 para 75,7% nos finais do século<sup>29</sup>. E acima destes valores estão ainda os que Pierre Chaunu apresenta para Paris. Na cidade das Luzes 90% dos homens e 80% de mulheres atingem, no século XVIII, o limiar mínimo da alfabetização<sup>30</sup>.

<sup>25</sup> M.-C. Rodriguez et B. Bennassar, *ob. cit.*, p. 31-32.

<sup>26</sup> Michel Vovelle, "Ya-t-il eu une révolution culturelle au XVIIIe siècle? A propos de l'éducation populaire en Provence", p. 98-100.

<sup>27</sup> Em 1650, 45% dos testadores madrilenos assinam o seu testamento ou declaração de pobreza, mas entre 1651 e 1700 somente 37% o fazem. A. Larquié, "L'alphabétisation à Madrid en 1650", p. 132 e ss., e "L'alphabétisation des Madrilènes dans la seconde moitié du XVIIe siècle: stagnation ou évolution?", *Colloque Instruction, lecture, écriture en Espagne (XVIe-XIXe siècle)*, Toulouse, 1982, cit. in Roger Chartier, *ob. cit.*, vol. 3, p. 116.

<sup>28</sup> Neste lapso de tempo, o retrocesso da curva de alfabetização é, no entanto, mais violento em toda a Provença, Michel Vovelle, *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle: attitudes devant la mort d'après les clauses des testaments*, Paris, Plon, 1973, p. 100 e ss.

<sup>29</sup> Jose Antonio Rivas Alvarez, *Miedo y piedad: testamentos sevillanos del siglo XVIII*, Sevilla, Diputación Provincial, 1986, p. 45 e 83.

<sup>30</sup> Pierre Chaunu, *La mort à Paris XVIe, XVIIe et XVIIIe siècles*, Paris, Fayard, 1978, p. 330.

## HOMENS E MULHERES PERANTE A ESCRITA

Em Lisboa, como em toda a parte, a familiaridade com a escrita é desigualmente partilhada por homens e mulheres e difere em função dos grupos sociais. A suspeição lançada sobre a selectividade do testamento pode ser, assim, pontualmente corrigida. Para tanto é preciso pôr de lado as curvas gerais, tendencialmente deformadoras, e atender ao comportamento de grupos e sectores bem definidos.

Quadro 1

Distribuição dos assinantes por sexo (%)

	1700	1730	1760	1790	1820	1830
Masc.	69	64	68	71	77	83
Fem.	23	17	24	36	39	46

Primeira constatação irrefutável: em Lisboa, e até meados do século XVIII, dois terços dos contingentes de assinantes são masculinos. As mulheres permanecem escassa-mente alfabetizadas. Os homens participam muito mais do mundo da escrita, mas a sua hegemonia neste terreno recua consideravelmente no século XIX. A partir de 1790, a relação entre alfabetizados masculinos e femininos passa a ser de um para dois, tendência que se mantêm estável até ao termo da nossa observação.

Depois da quebra generalizada que caracteriza o primeiro terço do século XVIII, assiste-se a uma fase de recuperação. A retoma do crescimento da alfabetização masculina ocorre na viragem do século, vindo a abranger, em 1830, 83% de todos os homens que testam. Mais surpreendente é a duplicação das mulheres alfabetizadas no mesmo período. Em 1820, representam quase 40% do universo feminino e em 1830, perto de metade.

Até meados do século XVIII, as mulheres alfabetizadas recrutam-se maioritariamente nos meios da nobreza (56%), da alta burguesia mercantil (24%) e do funcionalismo e profissões liberais (10%). Mesmo assim, nem todas as esposas dos notáveis repetem o gesto de assinatura. A alfabetização continua a ser uma característica solidamente afirmada pela elite masculina.

Nos anos subsequentes, as mulheres dos notáveis evidenciam maior confiança e à-vontade perante a escrita mas, entretanto, perdem espaço de representação. No conjunto dos testamentos femininos a sua cota reduz-se a 44%, em 1790, e limita-se a 33,7%, em 1830. Esta quebra de hegemonia é compensada pela presença de mulheres de outros estratos sociais. Mais do que aquilo que os números parecem mostrar o movimento em curso comporta, de facto, alguma novidade. O protagonismo cultural das mulheres que trabalham é agora muito mais acentuado. A partir de 1820, cerca de um quarto das mulheres que assinam os seus testamentos são trabalhadoras. A solicitação social do trabalho feminino e o seu enquadramento em meios tendencialmente mais permeáveis à cultura escrita são factores que, seguramente, ajudam a esbater o dimorfismo sexual da alfabetização. A incidência deste fenómeno social, apesar da sua

importância, não deixa de ser limitada<sup>31</sup>. O balanceamento da análise leva a que desloquemos a nossa atenção para o interior dos casais. Para tanto, socorremo-nos dos testamentos de mão comum.

Estes textos permitem surpreender a relação que no interior das famílias, marido e mulher e, em menor grau, mãe e filho, ou pai e filha estabelecem com a escrita. Da nossa amostra retirámos todos os testamentos de mão comum e a partir deles analisámos o comportamento de 158 testadores que repartimos em três grupos:

- No primeiro, incluímos 38 casais em que ambos não assinam o testamento. Destes, cerca de 60% são posteriores a 1760. Em definitivo, os casais iletrados recrutam-se entre os ofícios vis e manuais.
- No segundo grupo, encontram-se 12 casais, em que apenas um dos cônjuges assina. Repartem-se equilibradamente ao longo do período estudado e têm a vantagem de ser bem mais interclassistas do que os anteriores. Os assinantes são aqui apenas homens o que prova que, em Lisboa tal como em Madrid, jamais uma mulher alfabetizada casa com um iletrado.
- Por último, temos 29 casais em que os dois sabem assinar. Só os pescadores, lavradores e proprietários rurais ficam de fora deste conjunto. A amostra é pouco representativa para a primeira metade do século XVIII (7 testamentos) e muito expressiva para o período posterior a 1760. O predomínio do comércio é aqui evidente. Metade destes casais provêm de famílias de negociantes e logistas. O que nos leva a pensar que, neste meio, o casamento pode ter desempenhado um papel importante na aculturação da mulher.

## CONTRASTES SOCIAIS

Na cidade, ao contrário do campo, ler e escrever é uma exigência ligada à qualificação do mundo do trabalho e, por isso, uma competência partilhada de forma menos desigual. O isolamento dos lavradores e fazendeiros do termo rural de Lisboa, na sua maioria analfabetos, face ao variado leque dos trabalhadores e artesãos urbanos, cada vez mais alfabetizados, é uma prova irrefutável das assimetrias entre o campo e a cidade neste domínio tão sensível.

De resto, em Lisboa, a hierarquia das assinaturas segue de perto a das profissões e das posições sociais, como já deixámos antever. Os traços fortes da sociologia da alfabetização na capital não diferem, substancialmente, dos observados para o Porto cem anos antes<sup>32</sup>. A evolução do comportamento dos grupos sociais perante a escrita – tomada na sua expressão mais rudimentar – permite, no entanto, recortar, com maior precisão, os vários universos culturais em presença no quotidiano urbano e apreciar os

<sup>31</sup> Convém aqui referir que só em 1790 a rainha D. Maria I propõe a criação, em Lisboa, de 18 escolas públicas para raparigas, o que implicava a existência de outras tantas mulheres habilitadas a ministrar essas classes régias. A resistência e os obstáculos à execução desta resolução foram enormes. Em 1814 começavam, finalmente, a ser nomeadas as primeiras professoras régias. Um passo enorme fora dado, entretanto, à escala o ensino particular. Entre 1790 e 1793, 49 mulheres recebem autorização para ministrar cursos femininos de leitura e escrita. Veja-se, por todos, António Nóvoa, *Le temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe-XXe siècle)*, vol. 1, Lisboa, INIC, 1987, p. 286-289.

<sup>32</sup> Francisco Ribeiro da Silva, "Alfabetização no Antigo Regime...", p. 141 e ss.

ganhos obtidos por cada um desses grupos ao longo do tempo. Os beneficiários da mudança operada nestes cento e trinta anos não são tanto as elites, mas sim a gente anónima, que vive da sua iniciativa e do pequeno negócio.

### Quadro II

Distribuição sócio-profissional dos testadores de Lisboa que assinam e manifestam saber assinar (1700-1830)

Anos	Categorias sócio-profissionais (%)									
	Clero	Nobreza	Funcionários P. Liberais	Nego- ciantes	Lojistas	Artífices	Lavra- dores	Pesca- dores	Trabalha- dores	Sem entrada
1700	100	83	79	64	38	21	25	-	15	12
1730	100	79	66	45	27	17	2	20	-	-
1760	100	85	78	76	40	22	33	33	-	17
1790	100	87	81	85	58	43	29	25	19	31
1830	100	100	87	96	69	47	25	30	34	21

As diferenças são bem nítidas e apontam para dois universos estáveis. O dos notáveis que, desde cedo, atestam um alto nível de habituação à escrita, em contraponto com o mundo rural, envolto na inércia do tempo longo, alheio às grandes transformações culturais que afectam, inclusive, os estratos mais baixos da cidade. E nem a proximidade de uma grande cidade como Lisboa consegue alterar, a prazo, os traços do analfabetismo persistente e enraizado da gente ligada à terra<sup>33</sup>. A frequência de assinaturas dos lavradores, proprietários e suas mulheres é quase a mesma em 1700 e 1830.

O domínio absoluto do clero no campo da alfabetização também não surpreende. Basta pensar que a cultura letrada se manteve até muito tarde ligada ao magistério eclesiástico<sup>34</sup>. A par do clero, a nobreza, os negociantes, os funcionários e os agentes de serviços apresentam fortes índices de alfabetização. As brechas abertas em cada um destes segmentos sociais têm quase sempre a ver com a presença de elementos femininos não alfabetizados. As maiores quebras sucedem-se em 1730, ano em que no total de 8 mulheres de negociantes 5 confessam não saber assinar, e de 17 mulheres nobres outras 6 justificam estar nas mesmas condições. Este panorama ocorre com mais frequência ainda quando se trata de mulheres de famílias de funcionários ou de agentes de serviços.

<sup>33</sup> O Intendente Geral da Agricultura, Luís Ferrani Mordau, aponta o “pouco conhecimento dos agricultores”, como uma das razões da decadência da lavoura portuguesa. Na mesma altura, Domingos Vandelli indica como primeira causa moral do decaimento agrícola a falta de instrução ou educação dos lavradores. Vide, Jorge Borges de Macedo, *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, 2ª ed., Lisboa, Quercus, 1982, p. 211-212. Sobre os desnivelamentos da alfabetização no mundo rural veja-se Albert Silbert, *Le Portugal méditerranéen a la fin de l'Ancien Régime, XVIIIe – début du XIXe siècle: contribution à l'histoire agraire comparée*, vol. II, Paris, SEVEPEN, 1966, p. 54; e Justino Pereira de Magalhães, *ob. cit.*, p. 497 e ss.

<sup>34</sup> A partir do século XVI, a aprendizagem da leitura e da escrita é assegurada por mestres privados, pela acção directa da Igreja e, especialmente, por instituições escolares das congregações religiosas, com destaque para os jesuítas e oratorianos. Os preceitos do catecismo tridentino fornecem a base da aprendizagem elementar, segundo o modelo da cartilha do jesuíta Marcos Jorge. No plano institucional, o controlo da Igreja sobre o ensino das primeiras letras é quase total. Todos os mestres deviam possuir uma licença passada pelo bispo da sua diocese. Sobre o assunto veja-se a síntese apresentada por António Nóvoa, *ob. cit.*, p. 108-114.

Esta pequena margem de analfabetismo arrastado não chega para manchar a reputação dos notáveis, mas constitui uma referência fundamental para a compreensão dos limites da cultura dominante e das formas de comunicação que no seu interior se estabelecem.

Recuando ao início do século XVIII, vemos que a mancha dos não alfabetizados abrange totalmente os pescadores e marítimos, quase esmaga essa população anónima que aparece na amostra sem emprego definido, propaga-se com a mesma intensidade aos trabalhadores e servis e alastra generalizadamente no meio dos artífices e lojistas. Mas a prazo alguns destes grupos acabam por evidenciar ganhos substanciais.

Os artífices trilham a custo os caminhos da alfabetização. O domínio da técnica da escrita não atrai ao mesmo ritmo os artesãos urbanos. Por exemplo, nos finais do século XVIII, os relojoeiros, os ourives, os alfaiates, os carpinteiros de seges e os espadeiros sabem, em regra, assinar o seu nome. Mas já o mesmo não acontece com os sapateiros, curtidores, ferreiros, esparteiros, agulheiros, esteireiros, cutileiros, tecelões e vidraceiros, entre outras profissões. Como se acaba de ver, em Lisboa à semelhança do que acontece no Porto no século XVII, alguns ofícios mecânicos revelam comportamentos algo uniformes face à escrita<sup>35</sup>. Mas é preciso acrescentar que, à escala do mesmo ofício, o contraste entre os que sabem assinar e os que se revelam incapazes de o fazer é também vulgar. Neste universo diferenciado, com zonas de claro escuro pouco definidas, os avanços da alfabetização são lentos. Mesmo assim, ao longo do século, assiste-se à duplicação do volume de assinaturas dos homens de ofício. Em termos práticos, um em cada dois artífices atinge o limiar da escrita em 1830. Mas, no confronto com outros grupos sociais, o comportamento da gente de ofícios revela-se decepcionante. A este respeito, o melhor termo de comparação é-nos fornecido pelos lojistas.

Com uma base mais sólida de alfabetizados, a gente ligada ao pequeno comércio não regista ganhos significativos até meados de Setecentos. Estranhamente, a exigência da escrita parece escapar à actividade profissional destes homens. É claro que o volume de assinaturas dos lojistas aumenta na segunda metade do século XVIII, porém só as décadas seguintes acabarão por confirmar a ascensão iniciada anteriormente.

Na Lisboa oitocentista, o comércio a retalho passa cada vez mais pelas mãos de quem sabe assinar e, provavelmente, escrever. As competências básicas e necessárias ao desenvolvimento económico parecem desenharem-se no quadro de uma nova cultura urbana. De certo modo, é neste ambiente de maior exigência em termos de alfabetização que devemos inserir os progressos tardiamente realizados pelas camadas populares menos qualificadas, trabalhadores, servis, marítimos, pescadores e tantos outros de profissão incerta. Mesmo assim, no termo desta evolução, é fácil verificar que as bolsas mais persistentes de analfabetismo se encontram no campo, em redor da capital, no seio das classes laboriosas e entre a população feminina.

Poder-se-à objectar que o panorama traçado é demasiado optimista, a cobertura obtida através do testamento deixa de fora uma parte substancial dos habitantes de Lisboa. Ao extractarmos os níveis de alfabetização por grupos sociais ficámos, igualmente, com a noção de um forte desequilíbrio que, por força, a população total terá que reflectir.

Ao longo deste processo nunca perdemos de vista a taxa de analfabetismo estimada em 80% para os meados do século XIX em Portugal<sup>36</sup>. No entanto, convém ressaltar

<sup>35</sup> Francisco Ribeiro da Silva, "Alfabetização no Antigo...", p. 149.

<sup>36</sup> Jaime Reis, *ob. cit.*, p. 75-79.

que Lisboa, nessa altura, apresenta uma percentagem bastante superior de alfabetizados. No recenseamento de 1878, a linha da alfabetização quase divide ao meio a cidade<sup>37</sup>. Um pouco mais tarde, em 1890, verifica-se que os grupos de idades compreendidas entre os 64 e os 84 anos nem por isso são os que registam valores mais elevados de analfabetismo. Cerca de 58% desses homens e mulheres, descendentes dos testadores que aqui surpreendemos, chegam à recta final de Oitocentos já alfabetizados<sup>38</sup>. Ora, se apreciarmos a frequência de assinaturas das classes populares de Lisboa, em 1830, verificamos a presença de valores consentâneos com a evolução descrita. Assim, mais do que quaisquer outros, são esses valores que parecem ditar o comportamento padrão dos habitantes da capital no fim do primeiro quartel do século XIX.

De resto, em Lisboa, outros indicadores de natureza qualitativa ajudam a precisar o envolvimento da escolarização no mundo do trabalho e a extensão da alfabetização e do autodidactismo em certos meios sócio-profissionais.

À escala das profissões mecânicas, poucos ofícios condicionam o ingresso e exercício profissional ao requisito prévio de saber ler e escrever, mas, em contrapartida, essa qualificação torna-se indispensável para o desempenho de cargos no âmbito da organização corporativa. As normas respeitantes à inelegibilidade dos iletrados, para os cargos de juízes e escrivães de ofício, ainda que com algumas excepções, figuram nos regimentos dos Pedreiros e Carpinteiros – Bandeira de S. José – (1709); Vidraceiros (1719); Pasteleiros (1762); Latoeiros de folha branca e amarela (1768); Picheiros (1769); Correeiros, Celeiros e Frieiros – Bandeira de N. Sra. da Conceição – (1774); Lapidários (1776); Agulheiros (1777); Pasteleiros, Latoeiros de folha amarela e Torneiros – Bandeira de N. Sra. das Mercês – (1785); Oleiros e Chiculateiros – Bandeira de Sta. Justa e Rufina – (1786); Cordoeiros de obra delgada ou de linho (1791); Cordoeiros de obra grossa (1791); Oleiros (1792); Latoeiros de folha branca (1803) e Moleiros e Atafoneiros (1809)<sup>39</sup>.

Vejamos um exemplo concreto. O regulamento da Bandeira do Arcanjo S. Miguel que agrupava os ofícios de Sombreireiro, Conteiro, Sirigueiro de chapéus e agulha, Livreiros, Luveiros e Penteeiros estipulava, em 1770, que “as eleições de cada um dos lugares de que se compõe a Mesa desta Bandeira devem ser feitas em sujeitos muito tementes a Deus de boa capacidade, costumes e idade competente: *Saberão bem ler e escrever (...)*”. E o mesmo era requerido aos que desempenhassem cargos equivalentes ao de procurador dos ofícios mencionados<sup>40</sup>.

Por outro lado, nos Regimentos dados pelo Senado da Câmara de Lisboa aos ofícios de Ferrador e Alveitar e ao de Confeiteiro (1768) exigia-se aos respectivos mestres que tivessem apenas aprendizes que soubessem “bem ler e escrever”<sup>41</sup>.

Ao nível da representação das várias corporações na Casa dos Vinte e Quatro, a alfabetização era uma exigência fundamental – “Escrever e ler deve saber o que há-de

<sup>37</sup> Rui Ramos, *ob. cit.* p. 1115-1116.

<sup>38</sup> *Idem, ibidem*, p. 1117.

<sup>39</sup> Paul-Franz Langhans, *As corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1946, II, p. 229, 428, 464, 797; I, p. 290; II, p. 148, 150-151; I, p. 10-12, 212, 677, 648; II, p. 349, 351-352, 196, 198, 162.

<sup>40</sup> *Idem, ibidem*, I, p. 227 e 231.

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*, II, p. 66 e 577.

ser admitido ao número dos 24”<sup>42</sup>. Para o perfeito cumprimento desta disposição impõe-se, nos finais do século XVIII, uma pequena prova aos eleitos. Na presença do Juiz do Povo, deveriam assinar um borrão com duas ou três regras escritas por seu próprio punho em papel branco<sup>43</sup>.

“Escrever suficientemente” e estar habilitado com “Primeiras Letras” acabava por ser, também, uma condição perfeitamente justificada, dada a natureza do trabalho a executar, para o ingresso de aprendizes na Impressão Régia<sup>44</sup>.

Das informações coligidas ressalta a ideia de que, fora dos cargos corporativos, poucos seriam aqueles que saberiam ler e escrever. Os vários Regimentos mostram, claramente, a diversidade de critérios e a desigualdade interna entre detentores do mesmo ofício. Neste quadro, o autodidactismo parece constituir o traço forte da aprendizagem elementar desta gente<sup>45</sup>.

Em contrapartida, na área do comércio, administração e serviços os requisitos de habilitação literária pesam fortemente como condição de acesso a postos de trabalho. A análise dos “avisos” de oferta e procura de empregos, inseridos na *Gazeta de Lisboa* no período compreendido entre finais de Setecentos e 1820, permite-nos avaliar a importância conferida, neste âmbito, às “Primeiras Letras”<sup>46</sup>.

Mas à escala comercial, o desnível de instrução continua a caracterizar os empregados de botequim e de certas lojas de mercearia e capelista, que permanecem na generalidade analfabetos, dos restantes caixeiros de balcão, fiéis de armazém e guarda-livros, já com alguma qualificação literária. A exigência de preparação técnica e de habilitação específica em escrituração contabilística – preocupação que remonta à época pombalina, com a criação da Aula do Comércio – encontra, sintomaticamente, eco na imprensa e no movimento editorial de inícios de Oitocentos<sup>47</sup>.

Na charneira da alfabetização, o mercado de trabalho ocupa um papel de relevo, estimula a aprendizagem básica, incita ao autodidactismo e fornece as bases para a procura do ensino de “Primeiras Letras”<sup>48</sup>. Estas premissas estão subjacentes ao conjunto de elementos que destacámos na análise dos índices de alfabetização fornecidos pela população testamentária. Se quiséssemos levar mais longe o nosso inquérito

---

<sup>42</sup> Cf. Alvará de 28 de Novembro de 1567, in Paul-Franz Langhans, *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa: subsídios para a sua história*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1948, p. 84-85. Em documentos posteriores, esta disposição é constantemente reafirmada, *ibidem*, p. 216, 225 e 228.

<sup>43</sup> Em documento não datado, mas que Langhans julga ser dos primórdios do século XIX ou do final da centúria anterior, deveriam os eleitos ser examinados deste modo: “Logo lhe será indicado pelo muito honrado Juiz do Povo um livro manuscripto que está pronto sobre a mesa do tribunal em o qual lerá em voz alta e inteligível a todos os circunstantes até o muito honrado Juiz do Povo disser que basta e sem demora lhe será indicado pelo mesmo [...] papel branco com tinteiro e pena que ali tudo estará também pronto para que escreva o que quizer até duas ou três vezes digo ou três regras e asignará seu nome por baixo”, *ibidem*, § 15º e 19º, p. 265-266. Em termos práticos tratava-se de escrever duas ou três linhas, ou seja, cerca de 90 letras, modelo de aferição consagrado nas *Ordenações Filipinas*, L. I, tit. 84.

<sup>44</sup> Alvará de 2 de Agosto de 1802, in António Delgado da Silva, *Collecção de Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações, 1801-1815*, Lisboa, Typ. Maignence, 1830, p. 95-100.

<sup>45</sup> Rogério Fernandes, *Os Caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*, Porto, Porto Editora, 1994, p. 35-36.

<sup>46</sup> *Idem, ibidem*, p. 43.

<sup>47</sup> *Idem, ibidem*, p. 44-48.

<sup>48</sup> Veja-se o destaque que Francisco Ribeiro da Silva dá aos progressos realizados, no espaço de poucos anos, por alguns representantes da classe mesteiral nas Juntas municipais e à evolução positiva de alguns oficiais e mercadores, filhos de pais analfabetos, *ob. cit.*, p. 152.

teríamos que procurar no terreno outros suportes, de natureza institucional, o que nos levaria inevitavelmente a pôr o problema das redes escolares, número de estabelecimentos educativos e densidade de frequência escolar, aspectos importantes mas que, por ora, escapam, à economia deste trabalho<sup>49</sup>. Apesar desta prevenção, é preciso admitir, que mesmo na segunda metade do século XIX – período forte de expansão da rede escolar do ensino público – grande parte dos alfabetizados não recorre à escola para aprender a ler e a escrever<sup>50</sup>. À semelhança do modelo tradicional, muitos deles só acabam por realizar a iniciação aos rudimentos da cultura escrita no decurso da actividade profissional.

## PRÁTICAS CULTURAIS: LIVRO E O SACERDÓCIO

A pedagogia da palavra e a cultura do livro têm neste universo um peso diferente. Entre os alfabetizados não são muitos os que, nos seus testamentos, declaram possuir livros. A nomeação destes objectos de prestígio e de fruição cultural escapa, normalmente, à estratégia de transmissão de bens no interior da família. É mais frequente encomendar a venda de uma biblioteca com mais de duzentos volumes do que transmiti-la aos herdeiros<sup>51</sup>. Não é portanto de excluir que alguns bons espólios bibliográficos sejam transaccionados antes mesmo da redacção do testamento.

<sup>49</sup> De qualquer modo, vale a pena notar que, em Lisboa, o número de mestres de ler e escrever foi sempre aumentando ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Por meados de Quinhentos, a cidade contaria com 30 ou 34 agentes particulares de ensino, conforme se colige em João Brandão de Buarcos, *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1522*, rev. e notas de Felicidade Alves, Lisboa, Liv. Horizonte, 1990, p. 200 e Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*, rev. e notas de Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 94. Na tábua dos ofícios fornecida por Frei Nicolau de Oliveira para 1620 são incluídos 60 mestres de primeiras letras, *Livro das Grandezas de Lisboa*, pref. de Francisco Santana, ed. fac.-similada, Lisboa, Vega, 1991, p. 572. Esquemáticamente, Jorge Borges de Macedo, com base no pagamento do imposto da décima, estima a existência de 88 professores, para os anos que medeiam entre 1763 e 1769, *Problemas da história da indústria portuguesa...*, p. 105. Estes elementos estão longe de configurar, em toda a sua complexidade, a rede escolar de Lisboa. Faltam os colégios dos principais institutos religiosos, os preceptores privados e as escolas públicas, em funcionamento desde 1759. Mesmo primando por defeito, os dados a que aludimos têm a vantagem de sinalizar o aumento da oferta no plano da instrução. A este nível, o século XVIII representa um autêntico ponto de viragem na rede escolar de Lisboa. No quadro de um ensino estatizado, a população passa a contar com um corpo de professores régios de primeiras letras. As informações gerais respeitantes a Lisboa e seu termo assinalam 27 classes régias em 1774 e 47 vinte anos depois. O número de mestres particulares matriculados e com licença atribuída para o efeito é ligeiramente superior. O espectro alarga-se um pouco se tivermos em conta a multiplicidade de avisos de oferta de preceptores e mestres no *Hebdomanário Lisbonense* e na *Gazeta de Lisboa*. Cf. António Nóvoa, *ob. cit.*, vol. I, p. 216 e ss. e Rogério Fernandes, *ob. cit.*, p. 270-274. Para este período são também fundamentais as sínteses de António Alberto Banha de Andrade, *A reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771): contribuição para a história da pedagogia em Portugal*, 2 vols., Coimbra, Universidade, 1981-1984; Joaquim Ferreira Gomes, *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982; *Idem*, “O Marquês de Pombal, criador do ensino primário oficial”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 4 (2), 1982, p. 25-41; *Idem*, “Duas listas de professores: uma elaborada pelo governo do Marquês de Pombal e outra pelo de D. Maria I”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 4 (2), 1982, p. 43-91; e Jacques Macardé, “Pombal et l’enseignement: quelques notes sur la réforme des «estudos menores»”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 4 (2), 1982, p. 7-23.

<sup>50</sup> Rui Ramos, *ob. cit.*, p. 1110.

<sup>51</sup> Ana Cristina Araújo, “Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 20, 1999, p. 149-185.

Sem perder de vista que os inventários *post mortem* são, para efeitos de avaliação de património, mais esclarecedores do que os testamentos, não deixaremos de indicar o lugar que os livros ocupam nas disposições de última vontade dos lisboetas.

O clero é, sem margem para dúvida, o grupo que mais conserva, estima e transmite objectos impressos. Mesmo assim, só quinze dos oitenta e cinco religiosos observados declaram possuir livros. Em regra, deixam-nos a um familiar que segue a carreira eclesiástica ou a outros religiosos de profissão. Neste caso, a transmissão da mensagem escrita opera-se em favor do reforço dos laços de afinidade espiritual ou cultural do grupo. Este círculo fechado de imposição da cultura letrada preserva, claramente, o prestígio e o elitismo dos mais sólidos detentores do ministério da palavra escrita. No exercício do *munus* sacerdotal, os clérigos desempenham o papel de intermediários culturais e de agentes normalizadores do comportamento moral e religioso das populações, mas, à hora da morte, não desbaratam, em vão, os seus mais preciosos instrumentos de saber.

Paralelamente, o convívio que a nobreza estabelece com os livros é regulado por uma ostensiva indiferença. Atitude de difícil interpretação, pois tanto pode ser sinónimo de desinteresse intelectual como de desvalorização de um bem economicamente inferior no conjunto do recheio da casa. A verdade é que só 9 em cada 100 homens que declaram viver à lei da nobreza, ou que o são por título ou ainda por exercício de certos cargos revelam possuir colecções de obras impressas e, por vezes até, de manuscritos, normalmente de carácter genealógico. A escassez de elementos informativos a respeito desses espólios é um dos traços comuns na nomeação dos objectos impressos pertencentes à nobreza que, vulgarmente, os transmite a familiares e outros legatários.

Ao contrário do que se observa no grupo nobiliárquico, o interesse pela leitura por parte dos negociantes e dos letrados que exercem cargos públicos ou profissões liberais dispara a partir dos anos trinta do século XVIII. Em conjunto, estes dois sectores sociais detêm, contudo, uma cifra modesta de espólios bibliográficos. Ao todo, coligimos 14 referências alusivas a bibliotecas ou pequenas colecções de livros senhoreadas por gente rica e letrada, 12 das quais nomeadas a partir de 1730. De um modo geral, a declaração de pertença de um missal, de um manual de oração, ou de um livro de rezação (manuscrito pelo próprio) é mais frequente do que a relação completa e explícita de todos os títulos guardados numa estante. Este facto se, por um lado, atesta a importância exercida pela solicitação devota e no acesso às primeiras letras e conseqüente vulgarização da leitura, por outro, dado a forma avulsa e imprecisa de nomeação dos livros, impossibilita uma análise sistemática das edições e línguas representadas em cada uma das colecções referenciadas.

À margem destes grupos são insignificantes e totalmente desprovidas de interesse estatístico as menções singulares a livros existentes em poder de particulares. Em face destes dados, verdadeiramente decepcionantes, não se deve concluir que os materiais de leitura fossem inacessíveis. O rasto dos livros possuídos por letrados ou, simplesmente, por gente culta e instruída encontra-se bem documentado noutra tipo de fontes<sup>52</sup>. De qualquer modo, o nosso ângulo de observação permite confirmar que “o

<sup>52</sup> Vejam-se, por todos, Olímpia Maria da Cunha Loureiro, *O Livro e a Leitura no Porto no século XVIII*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1994; e Maria Adelaide Salvador Marques, “A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII”, *Boletim da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 26, 1963.

escrito nem sempre estava presente na forma escrita”<sup>53</sup> e que literacia não era sinónimo de acesso directo à leitura. A alfabetização rudimentar acaba, assim, por encobrir o peso e a enorme importância que as práticas da oralidade têm nos sistemas básicos de comunicação, à escala da família, da confraria, da paróquia e da oficina.

A pesquisa torna-se, entretanto, mais exigente e rigorosa quando analisamos a frequência de parentes religiosos por testamento. A razão é simples. Estes constituem, no interior da família, os intérpretes privilegiados da piedade dos testadores. Quando existem jamais deixam de ser mencionados. Assim, repescando as informações relativas a dotes constituídos ou prometidos para ingresso na vida sacerdotal ou conventual e, também, todas as referências a descendentes, ascendentes ou colaterais de testadores ao serviço das casas de Deus, procurámos perceber a real inserção da população eclesiástica num conjunto socialmente diversificado de famílias. Ao lançar as bases para a compreensão de um dos aspectos fundamentais da solicitação devota, ficamos a perceber melhor o campo das relações de reciprocidade cultural que o recrutamento eclesiástico desencadeia.

Não é surpreendente a primazia detida pela nobreza na contingentação de efectivos sacerdotais. Igualmente bem colocados estão o clero, os funcionários e os negociantes. Em conjunto, constituem uma área social demarcada de vocações<sup>54</sup>. O facto de estes grupos revelarem um secular domínio no campo da alfabetização é já um indício de peso para as ligações pessoais que estabelecem ou intentam firmar com a Igreja.

À margem deste aspecto não deixa de ser curioso notar a reincidência constante do clero e a tendência inicial para a multiplicação de egressos e sacerdotes em famílias da nobreza. Os testadores nobres que referem a existência de dois ou mais eclesiásticos de seu sangue sobrelevam o número dos que se limitam a indicar apenas um familiar nessas condições. Em termos absolutos, dezasseis testadores nobres destacam na sua linhagem nada mais nada menos do que quarenta eclesiásticos, no ano de 1700; em 1730, dezasseis testamentos redigidos por nobres sinalizam outros trinta e seis parentes em igrejas e conventos; a amostra de 1760 eleva para três a média de religiosos por testamento. Depois deste patamar volta-se à duplicação em 1790, e daí em diante preponderam, então, as nomeações singulares<sup>55</sup>.

A burguesia urbana está longe de se aproximar desta produtividade concentrada de religiosos por família. E, facto curioso, quando mostra disponibilidade e aptidão para dilatar a sua cota, já a sobriedade da nobreza é claramente manifesta neste campo. Estratégias social e culturalmente diferenciadas condicionam, portanto, o recrutamento de eclesiásticos ao longo do tempo. As curvas descritas evidenciam comporta-

<sup>53</sup> Rui Ramos, *ob. cit.*, p. 1113.

<sup>54</sup> Ana Cristina Araújo, *A Morte em Lisboa...*, p. 123-125.

<sup>55</sup> “Até meados do século XVIII, em média, cerca de metade das filhas – tal como dos filhos secundogénitos nascidos do primeiro matrimónio – permaneceram celibatárias, encaminhando-se a maior parte para as carreiras eclesiásticas. [...] A partir sobretudo dos finais do século XVIII, um conjunto de factores tenderam a pôr em causa esse modelo reprodutivo. Os filhos segundos e as filhas foram-se casando cada vez com mais frequência, à medida que entramos no século XIX e, para mais, crescentemente fora do círculo restrito dos Grandes, ou sequer da “primeira nobreza da corte”. Muito antes da derrocada que acompanhou a revolução liberal, os destinos das filhas e filhos dos Grandes tinham começado a modificar-se, mas sem que os procedimentos tradicionais desaparecessem completamente ou fossem enfaticamente rejeitados”, Nuno Gonçalo Monteiro, “Casa e linhagem: vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, Lisboa, 12, 1993, p. 58.

mentos pouco uniformes, contrastes de sensibilidade e maneiras talvez distintas de manifestar fidelidade à Igreja Católica<sup>56</sup>.

Mas uma coisa é certa: a superioridade social do magistério requerido ao ofício das almas releva o compromisso ou a expectativa arrastada que o núcleo familiar originário mantém ou intenta estabelecer com um dos sectores socialmente mais identificados com a cultura erudita. As famílias que multiplicam alfabetizados ou que, eventualmente, registam um maior número de casos bem sucedidos de literacia são, de facto, as que, num primeiro tempo, mais contingentes fornecem à Igreja.

As mudanças de estratégia familiar, muito explícitas nos agregados da nobreza e da burguesia, a partir de finais do século XVIII, sem deixarem de ter um preço e uma contrapartida social, sugerem, também, a presença de linhas de rumo alternativas no plano cultural. Na verdade, os testamentos mostram que é no interior das elites urbanas que emergem os primeiros sinais de adesão esclarecida a estilos de vida consentâneos com a expansão de modelos de urbanidade independentes da esfera religiosa e que, em última análise, a secularização dos comportamentos sociais progride à medida que a divulgação do pensamento iluminista conquista terreno na cidade de Lisboa<sup>57</sup>.

<sup>56</sup> Ana Cristina Araújo, *A Morte em Lisboa...*, p. 126-127.

<sup>57</sup> Ana Cristina Araújo, *A Morte em Lisboa...*, p. 426 e ss..